

OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE**Tempos de incerteza**

Apesar de aqui e acolá terem surgido vozes de alerta para a insustentabilidade do modelo, a verdade é que os nossos padrões de vida se conformaram com ele



António João Maia

O enquadramento político e económico que o mundo tem vivido nos últimos anos, sobretudo na Europa e em particular nos países do Sul, é de profunda crise.

Dizem-nos agora que, erradamente, andámos a viver acima das nossas posses. Que gastámos o que tínhamos – o que produzíamos – e o que não tínhamos – o crédito que nos foi sendo concedido – e por essa via incrementámos o défice e hipotecámos o futuro.

Dizem-nos também que este modelo foi induzido pelo Estado – através dos sucessivos governos e dos seus programas, alicerçados nas obras públi-

cas e nos Orçamentos para as edificar – e, numa lógica de mimetismo, pelas empresas e pelas próprias famílias, sob a miragem das baixas taxas de juro e da alegada segurança do euro.

Apesar de aqui e acolá terem surgido vozes de alerta para a insustentabilidade do modelo, a verdade é que os nossos padrões de vida se conformaram com ele até ao momento em que soaram os alarmes vindos de fora, primeiro pelas agências de rating e depois pelos nossos principais credores. Num ápice, o apoio internacional de ajuda entretanto disponibilizado tem vindo a forçar, de forma dura, o reajustamento da dívida do país, o que tem provocado os efeitos sobejamente descritos e conhecidos de todos, quer ao nível do Estado, quer sobretudo ao nível das famílias.

Mas, questionar-se-á, que relação apresenta este cenário de crise com a questão da fraude, associada a esta coluna?

Toda e nenhuma, responderei. Toda, na medida em que a negação repentina

das expectativas individuais e colectivas criadas por aquele modelo, sem qualquer explicação conveniente sobre o porquê e sobretudo sobre o futuro nos espera, encontra paralelo com os pressupostos de uma situação de fraude. E será por esta razão – por se sentirem defraudadas nas suas expectativas – que as pessoas mostram indignação e atiram para os políticos a culpa de toda a situação, como se resultasse de um plano urdido algures no passado com tal propósito.

Nenhuma porque, sobretudo em democracia, o modelo não pode ter sido traçado com propósitos que não fossem o de melhorar a qualidade de vida das populações. Simplesmente, como tem acontecido ao longo da história da humanidade, as condições de contexto alteraram-se profundamente nas últimas décadas. Os crescentes custos do Estado social, associados ao envelhecimento das populações, ao aumento da esperança média de vida, ao crescimento das taxas de desemprego, à deslocalização das grandes indústrias para países de mão-de-obra barata e à emergência pujante das novas economias asiáticas e sul-americanas, contam-se entre os principais factores explicativos do sucedido.

Vivemos actualmente na Europa um contexto de mudança profunda. Realidades tão importantes como o aumento da idade média da reforma, a redução dos apoios sociais e do valor das reformas, a par da redefinição da noção de estabilidade no trabalho, parecem cada vez mais prementes.

Concorde-se ou não, o modelo que começa a delinear-se assenta numa incerteza permanente, geradora de cenários de instabilidade nas expectativas de vida, sobretudo para as gerações futuras.

A finalizar, deseja-se um ano de 2013 com esperança em melhores dias e, pelo menos no que depender de cada um de nós, com maior capacidade de entreaajuda e cooperação, de modo a superarmos mais facilmente este período de transição.

Antropólogo, mestre em Sociologia



OBEGEF
Observatório de Economia
e Gestão de Fraude

QUASE PORTUGAL

MIGUEL ROMÃO

Reviver pessoas aparentemente mortas

Numa caixa do Arquivo Histórico-Parlamentar encontrava há meses um documento empoeirado com um título no mínimo apelativo: “Memória anónima para fazer reviver as pessoas aparentemente mortas”. Datado de 6 de Outubro de 1821, o seu conteúdo era infelizmente um pouco mais circunscrito – uma exposição às então Cortes constituintes no sentido de se introduzirem em Portugal práticas médicas para assistir pessoas acometidas do que hoje provavelmente se designaria por paragem cardiorrespiratória. E de caminho conselhos sempre úteis para se evitar enterrar alguém sem a devida certificação da sua morte. Há poucos dias, um amigo recordava a importância das ideias que fazem sonhar os povos e como seria importante que o presidente Obama, no seu discurso de tomada de posse, anunciasse algo de novo e motivador, como a promessa da presença humana em Marte dentro de dez anos. Eu sou menos dado às conquistas espaciais e preferia algo de mais prosaico, como a erradicação da malária ou o acesso a água potável em todo o mundo, mas o sentido é o mesmo: a política serve para lançar desígnios selectivos capazes de marcar o futuro da humanidade. À nossa escala, no entanto, a única promessa que nos é feita é a de um dia estarmos libertos da dívida. Missão manifestamente impossível, já que a dívida dos Estados se sustenta e não desaparece, por um lado, e por outro tudo tem sido feito para reduzir a economia a uma espécie de comissão liquidatária de um país que já acabou. A própria ideia de “libertos” designa bem o estado em causa. Como a história do direito português bem conhece, a condição de liberto é alguém a meio caminho entre o escravo e o homem livre. Assim, parece uma promessa pouco ambiciosa para o ano que aí vem. Era preciso hoje não menos que “fazer reviver as pessoas aparentemente mortas”. Pode ser que alguém envie uma nova exposição às Cortes em que, como na de 1821, se diga também: “Seja-me lícito lembrar aqui que seria muito bom se dignassem os doutíssimos sres. Legisladores estabelecer Premios, ou Honoríficos, ou Pecuniários, segundo a Classe a que pertencer a Pessoa, que fizer reviver hum Cidadão que esteve aparentemente morto.” E onde se lê Cidadão se possa ler Portugal.

Docente universitário, escreve à sexta-feira



Vivemos num contexto de mudança na UE

TORU HANA/REUTERS